

Chega de ser humano!

Atenção na vírgula, que não tem. Porque não é para desistir de ser humano, mas sim da visão – setorial – de que o Ser humano não interessa.

Como pode ser isto? Refletindo sobre a mistura das construções, percebo a dúvida do verbo e do substantivo. Pois o fato é que para as grandes corporações já não interessa, há algum tempo, o Ser humano como indivíduo, seu coração e suas emoções. Elas, as corporações, não são humanas.

Somente o cadastro e seu comportamento frente ao pagamento das contas é que lhes importa. As empresas produzem e vendem aos CPFs, aos RGs, às certidões de Serasa, de SPCs e de outros sistemas menos conhecidos.

Já é comum transacionar com empresas completamente informatizadas, com a sede de sua administração dentro dos computadores – e longe, muito longe do local da transação.

O cliente compra em São Paulo, conversa com os representantes

aqui, mas os dados do negócio estarão no sistema em Belo Horizonte, que está plugado com a central em

Toronto, no Canadá, por exemplo.

Venceu a duplicata, transcorreram 10 dias sem o pagamento, o sistema altera automaticamente as condições de negócio com o inadimplente e limita a autonomia dos representantes que o atendem localmente.

Mas também poderia sonhar em ser um dos donos dos cadastros, forma de poder paralelo a saber e aproveitar os dados em benefício de sua carreira política.

Ou seja, o intermediário está presente no momento do faturamento, mas não pode interferir para conceder novo prazo, novas condições, mais produtos, mais vendas, está impedido porque o sistema “bloqueou” o acesso.

Então, chega do Ser humano – e para isso não se pode ser humano, porque a preferência tem de estar no banco de dados.

Pior é ter de aceitar que em breve poderá não existir nem mesmo a figura pessoal do intermediário, vez que quase tudo poderá ser negociado através da gloriosa Internet: você vai se cadastrar, vai comprar, dever, pagar, comprar outra vez, não pagar, não comprar outra vez – e não haverá ninguém com quem falar. Se vai ser assim no comércio (ou ainda não é), como serão as relações dos cidadãos com os políticos?

Se já é difícil falar pessoalmente nas condições atuais, imaginemos como superar a “barreira impenetrável”, para quem não a conhece, da conversa na rede.

Irão e voltarão e-mails, assim esperemos. Pode ser que fique mais fácil, porque os assessores responderão através das máquinas. Não será como hoje, quando apenas se buscam os contatos pessoais – e não são obtidos, na regra.

A ligação, no entanto, com a política das empresas pode vir também aos cidadãos eleitores: será que votaremos em cadastros, isto é, nas certidões de

algum serviço que informará quem é o postulante ao cargo eletivo ou, se já mandatário, como foi ou está sendo sua performance?

Chega de ser humano!

Ora, já que os bancos de dados atualmente existentes contém muito de muita gente (só a Serasa informa mais de 350.000 cadastros, em sua *home page*), é possível imaginar instituições de defesa dos interesses públicos se ocupando de oferecer informações de candidatos aos seus filiados.

Amplia-se para convênios com outras instituições, somam-se banco de dados e pronto: milhares de eleitores com acesso às “intimidades” dos candidatos.

Se isso não for legal, então os atuais também não são. Ou somente se pode passar informação visando negócio financeiro?

Juntando cadastros com números, as “fantasias” podem indicar o início do processo de perda da identidade pessoal, pelo menos na votação, uma vez que a escolha do voto já é em números, não mais em nomes de pessoas.

Eles, os políticos, terão de inventar um jeito de apropriar o signo numérico à sua pessoa. Como nas placas dos automóveis, serão sempre letras e números. A essa altura, alguém estaria aí imaginando que o ensaio é pura ficção.

Mas também poderia sonhar em ser um dos donos dos cadastros, forma de poder paralelo a saber e aproveitar os dados em benefício de sua carreira política.

Além de dinheiro, fica sabendo tudo antes de todos. Oxalá esses todos – neste caso, os cidadãos eleitores – possam também saber de tudo. Para o bem geral da Nação e garantia da lei de Responsabilidade Fiscal.

por Nelson Eduardo